

ATA Nº 13/01 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos dezenove dias do mês de julho de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente às dezenove horas na SMS, a Plenária para deliberar sobre a seguinte pauta : 1) Leitura e aprovação da ata nº 12/01; 2) Informes gerais; 3) Obesidade Mórbida; 4) Contrato de metas entre SMS e Hospital Banco de Olhos. Conselheiros presentes: Nei Carvalho, Cléia Neuberger, Rosemary C. Coutinho, Janete Mengue da Silva, Zilda de Moraes Martins, Maria Ivone Dill, Sylvia Fonseca, Ana Maria Araújo Cirne, José Carlos Pintado, Dircéia Matias, Paula Andréia Fiori, Adelaide Lúcia Konzen, Rosângela Gomes Schneider, Jairo F. Tessari, Roger dos Santos Rosa, Irineu K. Grinberg, Stella Torresan Graef, Tarcisio Barbosa Paixão, Leda Solange Fantinelle. Visitantes: Mariane Uchôa Leal, Rosana Zenni Jaeger, Eunice G. Carneiro, Roberto V.S. Wilkens, Ewerton Luiz Breyer, Katia Comerlato, Simone Lopes, Gerci Salete Rodrigues, Maria Laura Xavier, Alberto Gabellini, Júlio Boehl, Nelci Dias, Jane Pilar, Silvia Martins, Ilse Ouriques, Rosa M.R. de Lima, Cristiane D. Ones, Nagibe Sauquis, Silvia Elisa Mansur Arques, Juliana Limas Henriques, José Carlos R. Souza, Maria Ines de Souza Cassol, Valentim Vicente Cassol, Eusébio, Edson Luiz Portilho, Célia Fusieger, Walter T.Sunaki, Cláudio C. Mottin, Luiz Walter J. Dornelles, Antonio Quinto, Maria Letícia de O. Garcia, Juracy Castro Correia e Luiz Antônio Domingues. 1) Leitura e aprovação da ata nº 12/01: Conselheira Ana Cirne fez a leitura da mesma, que foi aprovada com 11 votos a favor e 03 abstenções. 2) Informes gerais: Dr. Ewerton informou que houve paralisação dos servidores do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas no dia de hoje. Inicialmente estava prevista a paralisação somente dos trabalhadores da Previdência. A Direção do Hospital fez contato com o comando de greve, porque um serviço essencial deveria ter sido comunicado com 48 horas de antecedência para que a Direção pudesse se organizar e reordenar os fluxos. Hoje o ambulatório permaneceu fechado. Coordenador Humberto fez a leitura da resolução nº 05/01 do Conselho Estadual de Saúde que trata da criação de Conselhos Gestores nos serviços do SUS. Sra Silvia Martins informou que o Conselho Municipal de Assistência Social estará realizando a IV Conferência Municipal nos dias 03, 04 e 05/08, no auditório do IMEC. Solicitam que o CMS encaminhe dois delegados de acordo com o regulamento da Conferência. Não houve interessados neste momento. 3) Obesidade Mórbida: O Coordenador Humberto fez a leitura do ofício nº 095/2001 da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia, solicitando pautar o tema Obesidade Mórbida neste Conselho. Em seguida passou a palavra para o Sr. Eusébio, representante da Associação dos Obesos, que explicou o motivo da vinda do grupo neste Conselho, pois buscam parceria nas suas reivindicações para o aumento do número de cirurgias e maior recurso por parte dos gestores para a realização deste procedimento. Dr. Mottin, chefe da equipe que realiza esta cirurgia no Hospital São Lucas da PUC, destacou que esta doença atinge 30% da população brasileira e 95% dos que sofrem de obesidade mórbida não tem mais chance de emagrecer por conta própria. Observou que esta desencadeia outras doenças como hipertensão, diabetes, problemas ortopédicos e encurtamento da vida. Hoje estima-se que no Estado existem 30 mil obesos que necessitam da cirurgia, sendo que o recurso disponível para a realização da mesma é de apenas R\$ 37.000,00/ano. Esta doença até o ano de 1999 não estava classificada na tabela do SUS. A partir de uma Portaria Ministerial alguns hospitais se credenciaram para realizarem este procedimento, mas apenas o Hospital São Lucas da PUC cumpriu as exigências da mesma. Foi informado que o Estado do Paraná tem o mesmo perfil epidemiológico parecido com o do RS e está recebendo R\$ 370.000,00/ano. Esta disparidade talvez se justifique porque o Estado do Paraná habilitou-se antes do RS para realizar este tipo de cirurgia. Dr. Mottin informou que o Estado de São Paulo está com uma lista de espera de 24 anos, porque os recursos destinados são insuficientes diante da demanda. O Deputado Estadual Edson Portilho solicitou que o gestor municipal posicione-se

50 sobre alocação de recursos próprios para a cirurgia, já que o gestor estadual está se
51 dispondo a negociar a ampliação do teto financeiro a nível federal e sinalizou para o próximo
52 ano a inclusão deste item no orçamento. Convidou a todos para um seminário estadual com
53 o objetivo de esclarecer sobre a doença, buscando sensibilizar os gestores para a
54 construção de uma Política nesta área. Dr. Júlio Bohel informou que os gestores municipal e
55 estadual, há três meses estão negociando a ampliação do teto para alta complexidade. Não
56 adianta retirar orçamento de outra área e sim pleitear investimento em ações estratégicas a
57 exemplo de transplantes e campanhas específicas. Conselheiro Roger informou que a
58 Faculdade de Medicina-FAMED realizou uma pesquisa em conjunto com a Organização
59 Panamericana de Saúde-OPAS, onde foi verificada a prevalência da obesidade entre
60 mulheres não brancas e de classes menos favorecidas. Falou que a partir destes dados, seja
61 possível discutir não só nutrição e suplementação alimentar mas a inclusão deste tema na
62 agenda do Conselho. Coordenador Humberto Scorza reforçou a necessidade de dar
63 visibilidade a este tema. Propõe que a Associação traga retorno das negociações que farão
64 em Brasília. O Conselho propõe-se a instar o Ministério da Saúde sobre os critérios para a
65 distribuição dos recursos. Dr. Mottin colocou que há diferenças entre cirurgias de
66 gastroplastia, tanto em termos de recursos como em equipamentos. Considerou que o
67 debate deve ser ampliado, pois este tema extrapola a saúde e envolve a educação. Sra.
68 Maria Inês, da Associação, reforçou a proposta de que cada gestor destine recursos para
69 este procedimento. Dr. Júlio explicou que foi acordado entre SMS e PUC não abrir agenda
70 de ingresso, que estes seja através da rede básica, que marca para o especialista via Central
71 de Marcação de Consultas e Exames –CMCE. A partir da avaliação do endocrinologista o
72 usuário se classifica ou não para cirurgia. Da 1ª fase até a cirurgia são necessárias 16
73 consultas. Estas não estão incluídas na verba e são pagas pela SMS. Dr. Ewerton concordou
74 com a proposta de construir uma Política de promoção da saúde e inserir nesta pauta a
75 obesidade mórbida. Destacou que é necessária a capacitação dos trabalhadores para
76 identificação precoce da doença. Coordenador Humberto propôs a inserção da obesidade
77 mórbida na Política de promoção de saúde. Foi encaminhado a formação de um grupo de
78 trabalho com esta finalidade e também para avaliação dos gastos com cirurgia e que num
79 prazo de 30 dias apresente os primeiros resultados. 4) Contrato de Metas entre SMS e
80 Hospital Banco de Olhos: Coordenador Humberto informou que este já foi discutido no
81 Núcleo de Coordenação que sugeriu incluir um item sobre Controle Social, baseado na
82 resolução do CES que cria os Conselhos Gestores. Dr. Júlio destacou que o contrato foi
83 redigido entre SMS/PGM e Hospital Banco de Olhos. A sugestão do Conselho poderá
84 constar como aditivo. Coordenador Humberto lembrou que a proposta de incluir a formação
85 de Conselho Gestor, sugerida no Núcleo é anterior a resolução do CES. O Núcleo também
86 propõe que o Hospital participe dos fóruns de saúde. Sra. Juracy destacou a importância do
87 Hospital voltar a atender SUS, mas é necessário que conste a participação do Controle
88 Social no contrato. Conselheiro Nei lembrou da reunião do Núcleo, que propôs a inserção do
89 Controle Social. A.S. Maria Leticia informou que está havendo a discussão sobre a formação
90 do conselho gestor do Hospital Parque Belém. Dr. Antonio Quinto, representante do hospital,
91 considerou que o processo de discussão vem avançando, e as decisões do CES e das
92 conferências tem o pleno reconhecimento da Instituição. Conselheiro Jairo informou que a
93 criação de Conselho Gestor está sendo discutida no CES e que foi formada uma comissão
94 com oito pessoas para interpretação da resolução. Propõe que a criação do Conselho Gestor
95 do referido hospital, seja dentro da regulamentação. A proposta final ficou: que o Hospital
96 conveniado participe dos fóruns de discussão de saúde a nível local e municipal e a criação
97 do Conselho Gestor de acordo com a resolução do CES nº 05/01 ou a que vier substituí-la. A

98 proposta de contrato com a inclusão do termo aditivo acima, foi aprovada por unanimidade.
99 Nada mais havendo a tratar a reunião encerrou-se às 21:40min.

100

101

102

Humberto José Scorza
Coordenador CMS/POA

Jane Pilar
Secretaria Executiva

103

104

Ata aprovada na reunião do Plenário do dia 02/08/2001.